



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1666, QUARTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2011

## Oposição insistirá no esclarecimento do caso Palocci

Lideranças da oposição na Câmara e no Senado definiram os próximos passos para esclarecer o súbito enriquecimento do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, entre 2006 e 2010. Os parlamentares insistirão na tentativa de instalar uma CPI Mista para investigar as denúncias contra o braço direito da presidente Dilma Rousseff. Para tanto, buscarão assinaturas de deputados e senadores da base. A estratégia inclui novos pedidos de investigação ao Ministério Público e mais requerimentos nas comissões.

“Há até agora um silêncio absoluto e ensurdecedor tanto por parte do ministro quanto do próprio governo”, criticou o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**.

A imprensa revela diariamente novas denúncias sobre as atividades do ministro. O petista teria recebido R\$ 20 milhões no ano passado por “serviços” prestados por sua suposta consultoria, a Projeto. Segundo o “Estado de S. Paulo”, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontou movimentações atípicas da empresa há seis meses. Com as informações, a oposição ajuizará representações na Procuradoria Geral da República (PGR).

“O Brasil está estarecido pelo fato de que o governo se nega a sequer comentar o assunto, dando-o como encerrado. Já estamos recolhendo as assinaturas para instalar a CPI mista”, avisou Nogueira. Segundo ele, a comissão tem o apoio de partidos da oposição (PSDB, DEM, PPS e PSOL) e de integrantes da própria base.

O líder tucano no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, afirmou que as legendas buscam apoio de parlamentares com “capacidade de indignação”. “A postura de omissão da presidente Dilma consagra a impunidade. É preciso que ela se manifeste e que o ministro se afaste do cargo até que as denúncias sejam investigadas”, defendeu. “Aqueles que blindam o ministro Palocci estão prevaricando”, completou.

O líder da Minoria na Câmara, **Paulo Abi-Ackel (MG)**, e o vice-líder **Vanderlei Macris (SP)** afirmaram que a oposição age de maneira responsável. Para eles, a sociedade clama pelo esclarecimento do caso. “O governo está blindando o ministro, mas a população quer saber a verdade”, alertou Macris. Abi-Ackel defende o afastamento de Palocci da Casa Civil até que se esclareçam as acusações. @

### Medidas adotadas

CPI Mista para apurar as movimentações atípicas do ministro

Pedidos de investigação ao Ministério Público Federal

Requerimentos de convocação em comissões da Câmara e do Senado

### Situação atual

A oposição iniciou a coleta de assinaturas

Foram encaminhadas duas representações

O governo tem impedido as votações



Convocação de tropa de choque visa garantir manutenção de recursos para os bolsos petistas, diz ITV

Parlamentares criticam “rolo compressor” do Planalto para impedir explicações do ministro



## Plenário aprova projeto do Código Florestal Brasileiro

Com o apoio da bancada tucana, a Câmara aprovou o Código Florestal Brasileiro (PL 1.876/99), que cria mecanismos para a preservação ambiental em propriedades rurais. O texto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) recebeu 410 votos a favor, 63 contra e uma abstenção.

Na avaliação do líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, o projeto é compatível com a atual realidade brasileira. “O Código Florestal vai permitir um aperfeiçoamento sem retrocesso. Além de manter os aspectos de preservação dos recursos naturais, estamos progredindo para oferecer estabilidade jurídica ao produtor.” **Rui Palmeira (AL)**

também considera que a proposta trará “segurança jurídica e estabilidade”.

O deputado **Ricardo Tripoli (SP)** votou contra a aprovação,

diferente da orientação da bancada, mas contou com o respeito de seus pares. “Os que condenaram a natureza à morte terão que responder às penas da lei da natureza.”

Após intensa polêmica, emenda de autoria do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) foi aprovada. O destaque garante aos Estados o poder de definir política ambiental e trata de terras utilizadas irregularmente em áreas de preservação permanente (APPs).

Também foi ratificada a emenda que substitui as regras de regulamentação por decreto federal das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em APPs. A norma dá aos Estados a prerrogativa de estabelecer outras atividades que possam justificar a regularização de áreas desmatadas.

*O projeto prevê regras de proteção ao meio ambiente. A primeira trata das áreas de preservação permanentes (APPs). A segunda fala da reserva legal, área de mata nativa que não pode ser desmatada dentro das propriedades rurais.*

## PSDB recorre ao Supremo contra MP que viola autonomia universitária para gerenciar hospitais

O PSDB apresentou nessa terça-feira (24) Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória 520/10, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Para os tucanos, a MP viola as regras constitucionais da autonomia universitária e do concurso. O partido afirma que o objetivo da medida é claro: permitir que a contratação de pessoal para os hospitais universitários escape à obrigatoriedade da seleção pública. A votação da proposta pode ocorrer nesta quarta-feira (25) no plenário da Câmara.

De acordo com o texto do governo, a EBSERH será uma sociedade anônima de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Com sede em Brasília, a empresa poderá manter escritórios em outros Estados e realizar contratações temporárias por meio de processo seletivo simplificado, baseado em análise de currículo.

O PSDB afirma que, além de violar a regra constitucional do

concurso, a medida fere a autonomia universitária.

“O que a MP 520/10 faz é terceirizar os serviços prestados pelos hospitais universitários, bem como sua administração, em favor da EBSERH, empresa criada para tal finalidade”, diz trecho da ação. A agremiação aponta ainda violação do princípio da indissociabilidade.

“A edição da MP teve em vista apenas questões relativas à prestação de serviço de saúde pública, esquecendo-se do fato de que os hospitais são também parte das universidades e desempenham importante papel na promoção do ensino público”, afirma o PSDB.

O partido acrescenta que a MP seria uma resposta a irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em relação às terceirizações. A norma foi editada pelo ex-presidente Lula no “apagar das luzes” de sua gestão, em 31 de dezembro de 2010. A Adin tem pedido de liminar e foi distribuída para o ministro Ricardo Lewandowski. @

“(Se) a grave situação em que se encontra a saúde justificar a adoção de medidas extremas, é preciso considerar que o cenário hoje existente não é novo e é, em grande parte, resultado da omissão do governo.”

Trecho da ação apresentada pelo PSDB

## Deputados cobram investigações sobre suspeitas de corrupção em Campinas

Os deputados **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** e **Vanderlei Macris (SP)** cobraram esclarecimentos sobre as denúncias de corrupção envolvendo o prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira Santos, o Dr. Hélio (PDT). O Ministério Público investiga supostas fraudes em licitações e contratos públicos municipais, especialmente da Sanasa (empresa de tratamento de água e esgoto).

Na segunda-feira (23), a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a instalação de uma comissão processante que pode levar à cassação do prefeito. Além disso, relatório do Ministério Público sustenta a ordem de prisão contra 20 suspeitos de participação no esquema. No total, 11 pessoas foram presas até agora. Um dos alvos da investigação é o empresário José Carlos Bumlai, amigo e anfitrião do ex-presidente Lula. Entre os investigados, está o vice-prefeito da cidade, Demétrio Vilagra (PT), acusado de envolvimento nas fraudes.

Macris cobrou apuração das denúncias. “A corrupção tem sido a pauta neste país, especialmente quando envolve o Partido dos Trabalhadores. A população não aceita mais a tentativa de acobertar e jogar para debaixo do tapete as denúncias”, afirmou.

O prefeito de Campinas se diz vítima de “golpe político de partidos derrotados nas últimas eleições”. Segundo Mendes Thame, pessoas alegam perseguição quando não têm uma justificativa consistente. “O pedido foi aprovado por unanimidade e agora é preciso checar realmente os fatos para comprovar se houve os desvios. Ao que tudo indica, se trata de um dos maiores escândalos da história da prefeitura de Campinas”, completou. @

11

Suspeitos de participação no esquema de corrupção em Campinas já foram presos.

### Leia também em nosso blog:

- Tucanos defendem revisão na atuação do Ecad e exigem apuração de denúncia
- Macris: consumo de bebida na adolescência aumenta risco de dependência
- Câmara discute jornada de trabalho de seis horas para policiais e bombeiros
- Leréia cumpre primeira missão internacional e estreita os laços entre Brasil e Coreia do Sul
- César Colnago relatará na CCJ proposta que regulamenta o lobby
- Eduardo Barbosa sugere novo plano previdenciário
- Francischini propõe abertura de vagas para presos que cometeram crimes leves
- Direto do Twitter, com os deputados Domingos Sávio (MG), Vaz de Lima (SP), Rui Palmeira (AL), Mara Gabrielli (SP), Manoel Salviano (CE) e Luiz Nishimori (PR)
- Direto do Plenário, com os deputados Jutahy Junior (BA), Manoel Salviano (CE) e Domingos Sávio (MG) e o senador Mário Couto (PA)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo